



15 de junho 2022

ISSN 1094-5296

ADRIÃO, Theresa Maria de Freitas. **Dimensões da Privatização da Educação Básica no Brasil: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990**. Brasília: ANPAE, 2022. *E-book*.

297 páginas

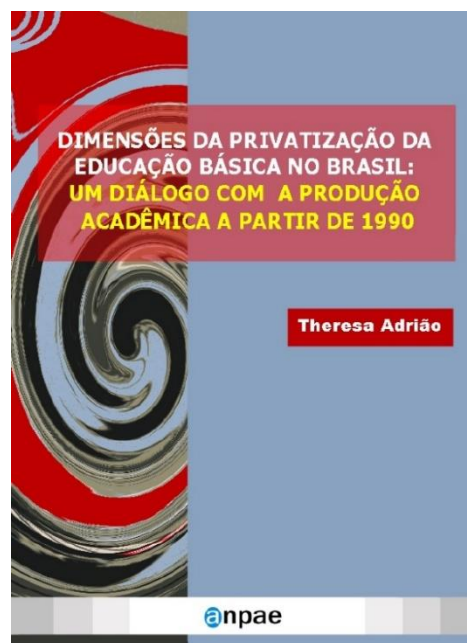
ISBN: 978-65-87561-25-7

Resenhado por Thais Rodrigues Marin
Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Brasil

A obra *Dimensões da Privatização da Educação Básica no Brasil: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990* sintetiza parte da tese de livre-docência de Theresa Adrião, defendida junto à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) em 2015. Com 297 páginas, quatro capítulos e prefácio assinado por Lisete Arelaro, foi lançada recentemente pela Associação Nacional de Política e Administração da Educação (Anpae) em formato digital.

Theresa Adrião é pedagoga, mestre e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). É professora colaboradora da Unicamp e visitante da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Participou da fundação e coordena o Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (GREPPE) e a Rede Latino-Americana e Africana de Pesquisadores em Privatização da Educação (ReLAAPPE). A autora tem investigado os processos de privatização da educação básica há cerca de 20 anos. Com diversas pesquisas, livros e artigos divulgados, é uma das principais referências acadêmicas da temática no Brasil.

O livro é uma pesquisa de “estado da arte” ou “estado do conhecimento” dos estudos sobre a privatização da educação em sua etapa obrigatória. De caráter



bibliográfico, portanto, a investigação objetiva mapear, caracterizar e analisar a produção nacional e internacional sobre o tópico publicada entre 1990 e 2014. A ausência de trabalhos similares, no país, alertada pela autora, confere relevante ineditismo à proposta. O levantamento realiza-se junto a quatro diferentes acervos: 1) *Web of Science (WoS)*; 2) *Scientific Electronic Library Online (SciELO)*; 3) Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e - em razão de dificuldades no acesso a este último - 4) repositórios digitais de universidades brasileiras com os maiores programas de pós-graduação em educação - federais de Brasília (UnB), Minas Gerais (UFMG), Pará (UFPA), Pernambuco (UFPE) e Rio Grande do Sul (UFRGS) e as estaduais paulistas USP, Unicamp e Unesp.

Para a busca nessas plataformas, a autora seleciona descritores representativos do tema, considerando sua presença nos títulos, palavras-chave ou resumos - e nas introduções, quando da não existência de resumos. Para publicações em português, opta pelos termos: *charter, choice, cogestão, cooperativa, escolha parental, gestão/gestão privada, financiamento, quase-mercado, parceria público(a)-privado(a), privatização e subsídio*. Para publicações em inglês: *aid/subvention, charter, choice, co-management, cooperative, financing, privatization e public-private partnership*. A todos associam-se as expressões educação básica/*elementary school/compulsory education*, sendo excluídos trabalhos que não abordam esta etapa de escolaridade ou assuntos pertinentes. Integram o banco de dados final 224 artigos e 72 teses e dissertações.

O conceito de privatização da educação, adotado por Adrião, traduz processos pelos quais a educação pública “*se subordina a setores privados - corporações, terceiro setor, igrejas, famílias etc. - explicitamente por meio da transferência de responsabilidades do Estado ou da flexibilização de regulamentações para atuação daqueles setores*” (p. 66). Embora a presença do setor privado seja constitutiva da educação brasileira, a partir da década de 1990, acompanhando as transformações do capitalismo global aliadas ao ideário neoliberal, a autora identifica uma significativa diversificação de atores e de seus modos de incidência junto ao Estado, intensificando a privatização da educação básica. É este novo cenário que a tese trata de apreender.

Outros pesquisadores já propuseram enquadramentos analíticos para os processos de privatização da educação observados em diferentes contextos, entre eles os aventados por Ball e Youdell (2007) - privatização *exógena* ou *endógena* - e os de Dave Hill (2003) - planos de negócios *para* a educação, *na* educação e *para* empresas educacionais. Desde 2005, Adrião tem procurado caracterizar as formas de privatização da educação básica nacional encontradas em sua trajetória acadêmica. O esforço iniciado há quase duas décadas, cujos contornos foram parcialmente expressos em diversos trabalhos prévios (ADRIÃO *et al.*, 2009; ADRIÃO, 2009; ADRIÃO, 2013; ADRIÃO; GARCIA, 2014), é aprofundado na obra.

O capítulo inicial do livro, *Dimensões da privatização e suas formas de operacionalização*, é voltado a uma minuciosa descrição da matriz conceitual criada pela autora para sistematizar as experiências brasileiras. Seus três eixos - privatização da oferta educacional, privatização da gestão da educação e privatização do currículo - convêm tanto como guia estruturante do mapeamento bibliográfico concebido, bem como são aprimorados pelos resultados descobertos. A tipologia é uma das principais contribuições da obra às pesquisas nacionais na área, pois além de se mostrar uma

ferramenta analítica capaz de captar as diversas formas pelas quais a privatização se concretiza, estabelece diretrizes profícuas para esse campo de investigação.

A primeira das dimensões da matriz é a da **oferta educacional**. No Brasil, a educação básica é prerrogativa de estados e municípios, e livre à iniciativa privada, coexistindo, portanto, escolas públicas e privadas - com ou sem fins lucrativos. As formas de privatização identificadas no âmbito dessa dimensão incluem escolas e aulas particulares e tutorias (*oferta privada direta*); convênios entre governos e organizações privadas, bolsas de estudos e incentivos fiscais (*subsídio público ao setor privado*); *vouchers* escolares, escolas *charter* e ensino domiciliar (*políticas de escolha parental*). Para Adrião, à ampliação do atendimento à educação básica das últimas décadas somaram-se fatores que contribuíram para estimular a oferta privada com subsídio público. Entre eles estão a divisão assimétrica de responsabilidades entre governos locais; processos de descentralização do ensino fundamental aos municípios; baixa participação do governo federal no financiamento educacional; e a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000), que limita gastos públicos com pessoal.

Já a segunda dimensão, a da **gestão da educação**, abriga casos de transferência direta ou indireta da gestão das redes de ensino ou de equipamentos escolares a atores privados. Creches indiretas e conveniadas, geridas por organizações privadas com ou sem fins de lucro; parcerias com o setor privado para a construção ou reforma de escolas; e sistemas paraestatais de governança para planejamento, gestão e avaliação educacional, integrados por instituições privadas, são exemplos de formas de privatização nessa modalidade. Segundo a autora, diversos mecanismos legais possibilitam e estimulam a privatização da gestão da educação pública: Emenda Constitucional 19/1998, que dispõe sobre a reforma administrativa do Estado brasileiro e define organizações do terceiro setor como parceiras de governos; Lei 9.637/1998, que disciplina o contrato de gestão entre organizações sociais e o poder público; Lei 9.790/1999, conhecida como Lei do Terceiro Setor, que disciplina o termo de parceria entre Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) e o poder público; e Lei 11.079/2004, que institui as parcerias público-privadas via contratos de concessão ao setor privado lucrativo.

A privatização do **currículo**, por fim, que caracteriza a terceira dimensão, diz respeito à delegação do planejamento, desenvolvimento e aplicação de currículos escolares e outras atividades pedagógicas a atores privados. Sua operacionalização se dá por meio de contratos e parcerias para fornecimento de desenhos curriculares, sistemas privados de ensino, materiais didáticos, tecnologias educacionais, cursos de formação continuada de educadores e ferramentas de acompanhamento e avaliação da atividade docente e do desempenho de estudantes. Além de grupos privados de ensino, que vendem sistemas, materiais e outros insumos a redes públicas, Adrião sinaliza um novo protagonismo no domínio dessa dimensão: fundações e institutos associados a grupos privados alheios ao segmento educacional têm idealizado, mobilizado e patrocinado reformas educacionais, especialmente curriculares.

A autora parte dessa matriz para examinar os resumos da produção bibliográfica das quatro bases selecionadas. Nos dois capítulos seguintes, *Sobre a modalidade de pesquisa Estado da Arte: do que falam os periódicos da área da educação* e *Produção da Pós-Graduação Brasileira sobre privatização da educação*, são apontados diversos aspectos

interessantes dessa análise. Um deles é a distância temporal entre os textos publicados em periódicos estrangeiros e os trabalhos brasileiros. O primeiro artigo internacional registrado é de 1991. No Brasil, o primeiro trabalho encontrado, uma pesquisa de mestrado, data de 2000. A produção nacional tornou-se mais expressiva apenas a partir da segunda metade da década, também como reflexo da ampliação do número de políticas dessa natureza no país.

Quanto aos atributos da matriz, verifica, por exemplo, que a dimensão da **oferta educacional** é a mais estudada pelo conjunto dos trabalhos, sobretudo pela produção estrangeira. Considerando as formas de operacionalização, o subsídio público ao setor privado figura na maior parte desses textos, seguido pelos convênios, contratos e bolsas de estudos - os mais recorrentes na produção nacional. Entre as publicações estrangeiras, políticas e programas de escolha escolar são os mais presentes. A maior parte dos trabalhos encontrados na *WoS*, vale mencionar, corresponde ao descritor *choice*. A privatização da **gestão da educação** está presente em cerca de 1/5 das publicações. Os repositórios universitários são os que mais destacam essa dimensão. A transferência da elaboração e implantação de políticas educacionais a organizações sem fins de lucro é a forma mais investigada pela produção das universidades brasileiras, revelando uma existência comum dessa prática no país. A dimensão do **currículo**, por sua vez, é a menos abordada em todas as plataformas. Entre os trabalhos nacionais que pesquisaram essa dimensão, predomina a compra de projetos e desenhos curriculares como forma de operacionalização.

Além destas, diversas outras categorias qualitativas são tomadas para caracterizar as publicações: campo empírico, natureza da pesquisa, metodologia adotada, etapa da educação básica focalizada, posição crítica do autor em relação ao tema, programa e atores privados citados, país ou região da instituição de vínculo do autor e periódico publicado. A vasta descrição da literatura ainda é reforçada com breves comentários de Adrião acerca de dezenas dos trabalhos pautados.

No capítulo final, *Reflexões sobre as dimensões da privatização na educação básica brasileira em diálogo com a produção bibliográfica*, a autora retoma as tendências apreendidas, identificando algumas lacunas temáticas que merecem atenção das pesquisas acadêmicas nacionais. Formas de privatização abordadas em periódicos estrangeiros, como a transferência da gestão escolar a pais e a organizações lucrativas, políticas de escolha parental, *homeschooling* ou ensino domiciliar, escolas privadas de baixo custo e tutorias e aulas particulares, estiveram ausentes ou marginalmente presentes na produção nacional. Igualmente, objetos como a relação entre privatização e desigualdades educacionais, as condições do mercado de aulas particulares e a incidência do filantropocapitalismo, nova filantropia ou filantropia de risco na educação pública, são agendas contemporâneas emergentes e indispensáveis para a pesquisa brasileira.

A apreciação de Lisete Arelaro ao prefaciar a obra é certeira. Adrião “*nos leva de um estudo árido para uma animada aventura acadêmica*” (p. 11). *Dimensões da Privatização da Educação Básica no Brasil* é uma obra densa, de fôlego. A natureza bibliográfica do estudo combina com o experiente percurso acadêmico de sua autora, resultando numa teia de mobilizações teóricas e informativas, integrada por uma variedade significativa de gráficos e tabelas sobre a educação nacional e a análise empreendida.

Como um grande mapa, a pesquisa constrói um rico e inédito inventário que, para além de oferecer um roteiro àqueles que queiram se apropriar do estado do conhecimento da área ou se iniciar nas investigações, ajuda a compreender os processos de privatização da educação básica e, mais ainda, a alertar sobre as consequências de sua intensificação para o direito à educação

Referências

ADRIÃO, T. **Dimensões da Privatização da Educação Básica no Brasil**: um diálogo com a produção acadêmica a partir de 1990. Brasília: ANPAE, 2022. *E-book*. Disponível em: https://www.seminariosregionaisanpae.net.br/BibliotecaVirtual/10-Livros/Livro_dialogos_com_producao_academica-Fin-Corrq.pdf. Acesso em 20 mai. 2022.

ADRIÃO, T. Privatização da educação no Brasil: estratégias de regulação pelo setor privado da educação obrigatória. In: JEFFREY, D. C.; AGUILAR, L. E. (Orgs.). **Balço da Política Educacional Brasileira (1999-2009)**: ações e programas. 1. ed. Campinas: Mercado das Letras, 2013. p. 61-84.

ADRIÃO, T. Indicações e reflexões sobre as relações entre as esferas públicas e privadas para a oferta educacional no Brasil. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 3, n.1, p.48-64, 2009. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/22531/13064>. Acesso em: 20 mai. 2022.

ADRIÃO, T.; GARCIA, T. Subsídio público ao setor privado: reflexões sobre a gestão da escola pública no Brasil. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 110-122, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Poled/article/view/51031/31749>. Acesso em: 20 mai. 2022.

ADRIÃO, T.; GARCIA, T.; BORGHI, R.; ARELARO, L. Uma modalidade peculiar de privatização da educação pública: a aquisição de “sistemas de ensino” por municípios paulistas. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 799-818, out. 2009. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302009000300009>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/TqddFL8VP9yMhBghcLpkXGg/?lang=pt>. Acesso em: 20 mai. 2022.

BALL, S. J.; YUDELL, D. **Hidden Privatisation in Public Education**. Preliminary Report. Education International 5th World Congress. 2007. Disponível em: https://pages.ei-ie.org/quadrennialreport/2007/upload/content_trsl_images/630/Hidden_privatisati-on-EN.pdf. Acesso em: 20 mai. 2022.

HILL, D. O neoliberalismo global, a resistência e a deformação da educação. **Currículo sem Fronteiras**, v. 3, n. 2, p. 24-59, jul./dez. 2003. Disponível em:

<https://www.curriculosemfronteiras.org/vol3iss2articles/hill.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2022.

Acerca da Autora da Resenha

Thais Rodrigues Marin é doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), servidora pública da mesma instituição e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (GREPPE/Unicamp). Mestre em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (USP) e Graduada em Comunicação Social pela Universidade Estadual Paulista (Unesp). E-mail: thais.marin@gmail.com

Education Review



Reseñas Educativas

Resenhas Educativas



Este artigo pode ser copiado, exibido, distribuído e adaptado, desde que o(s) autor(es) e *Education Review/ Resenhas Educativas* sejam creditados e a autoria original atribuídos, as alterações sejam identificadas e a mesma licença CC se aplique à obra derivada. Mais detalhes sobre a licença Creative Commons podem ser encontrados em <https://creativecommons.org/licenses/by-sa/4.0/>. *Education Review/ Resenhas Educativas* é publicado pela Mary Lou Fulton Teachers College, Arizona State University. O conteúdo de 1998-2020 da *Education Review / Reseñas Educativas / Resenhas Educativas* foi publicado sob uma licença CC diferente: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0>

Nota: Os pontos de vista ou opiniões apresentadas nas resenhas de livros são exclusivamente do (s) autor (es) e não representam necessariamente os da revista.